

BB DTVM

Demonstrações Contábeis

Exercício 2017



BANCO DO BRASIL



A BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB DTVM apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício de 2017, em conformidade com as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/1976 e alterações introduzidas pela Lei n.º 11.638/2007 e pela Lei n.º 11.941/2009) e Banco Central do Brasil (Bacen).

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A EMPRESA

Fundada em 1986, a BB Gestão de Recursos DTVM S.A., com sede no Rio de Janeiro e escritório em São Paulo, tem como atividades principais a administração, gestão e distribuição de fundos de investimento e carteiras administradas, sendo líder na indústria nacional de Administração e Gestão de fundos de investimento, de acordo com o *Ranking* da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais). A instituição conta com uma equipe de 294 profissionais (dotação em 29.12.2017) de alto nível de qualificação e comprometimento, e possui produtos destinados aos diversos segmentos de investidores.

No *Ranking* Global de Administração da ANBIMA de dezembro de 2017, a BB DTVM permaneceu na liderança da Indústria, registrando um patrimônio líquido sob administração de R\$ 864,5 bilhões e 22,89% de participação de mercado.

Em Gestão, a BB DTVM também se destaca como a maior gestora de recursos de terceiros do país, registrando volume total de R\$ 851,9 bilhões e *market share* de 21,32%, conforme *Ranking* de Gestão da ANBIMA de dezembro de 2017.

Além dos recursos computados para efeito de *ranking* entre as instituições participantes do mercado, a BB DTVM gere e administra R\$ 52,7 bilhões em fundos Extramercado.

Deste modo, a empresa encerrou o exercício de 2017 com um volume total de R\$ 917,2 bilhões em recursos de terceiros administrados, o que equivale a um crescimento de 17,50%, em relação ao ano anterior (R\$ 780,6 bilhões).

I. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A BB DTVM, subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., adota as melhores práticas de governança. Possui Conselho de Administração próprio e sua Diretoria Executiva é composta por um Diretor-Presidente e três Diretores Executivos, todos estatutários. Possui, ainda, Conselho Fiscal para assegurar a fiscalização dos atos de gestão.

A BB DTVM, por decisões da Assembleia Geral de Acionistas de 27.04.2004, 26.04.2012 e 01.12.2017, aderiu aos regimes de Comitê de Auditoria Único, Comitê de Remuneração Único, Comitê de Elegibilidade para as Entidades Ligadas ao Banco do Brasil e Comitê de Riscos e Capital do Conglomerado BB, conforme facultado nas Resoluções CMN n.º 3.198/2004, CMN n.º 3.921/2010, Decreto n.º 8.942/2016 e CMN n.º 4.557/2017, respectivamente.

A empresa adota modelo de administração baseado na decisão colegiada em todos os níveis, tendo estruturados comitês internos com instâncias deliberativas. A decisão colegiada, além de minimizar os riscos, possibilita a integração de diversas visões e análises sobre os temas, o que agrega valor e qualidade à decisão, promovendo o compartilhamento de conhecimentos e responsabilidades.

A adoção das boas práticas de governança enseja o monitoramento periódico dos documentos que regulam os aspectos comportamentais a serem observados na condução dos negócios e atividades da organização, incluindo as políticas da empresa, o que reforça o compromisso de sua administração com a ética, a transparência, a consistência, a equidade e a responsabilidade socioambiental, em alinhamento às políticas e práticas adotadas pelo Controlador.

A BB DTVM aderiu, em 27.10.2016, ao Código Amec de Princípios e Deveres dos Investidores Institucionais – *Stewardship*, reforçando o compromisso da BB DTVM com a Governança Corporativa dos Fundos. Esse Código pode ser considerado um código de melhores práticas para Investidores Institucionais e tem como objetivo incentivar a maior diligência nas questões qualitativas das empresas investidas, bem como dar mais transparência a esse processo.

A Estratégia Corporativa da BB Gestão de Recursos DTVM S/A, para o período 2018-2022, foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 15.12.2017, está alinhada à Estratégia Corporativa do Banco do Brasil e representa as diretrizes a serem implementadas pela Subsidiária na Gestão de Recursos de Terceiros, enfatizando sempre o Propósito de “prover soluções em investimentos, gerando valor às pessoas”.



II. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

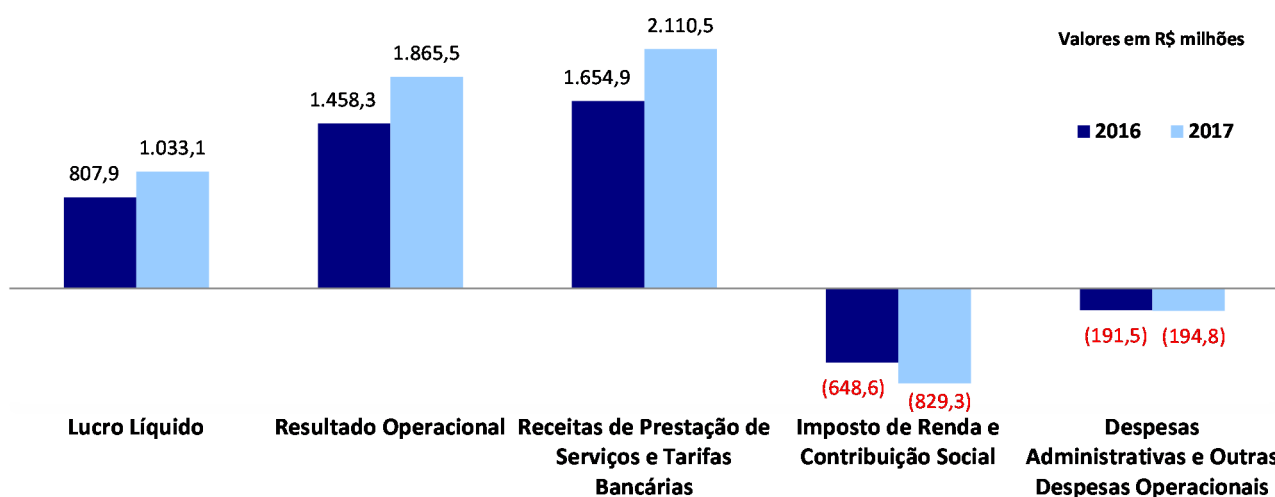
A BB DTVM encerrou o ano de 2017 com lucro líquido de R\$ 1.033,1 milhões, resultado 27,9% superior ao registrado no ano anterior.

O resultado operacional, antes do efeito do Imposto de Renda e CSLL, foi de R\$ 1.865,5 milhões contra R\$ 1.458,3 milhões no ano anterior, também com incremento de 27,9%. As receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias totalizaram R\$ 2.110,5 milhões contra R\$ 1.654,9 milhões no ano anterior, cujo aumento de 27,5% deveu-se, em parte, ao incremento no patrimônio líquido administrado (recursos de terceiros administrados), e também à atualização monetária dos ativos componentes dos fundos de investimento e carteiras.

O crescimento das despesas administrativas e outras despesas operacionais, na ordem de R\$ 3,4 milhões, representou um incremento de 1,8% em relação a 2016, decorrente, principalmente, do incremento de 20,4% nas despesas com Serviços do Sistema Financeiro - Custódia e Controladoria de Fundos, e de 186,5% nas Despesas com Contribuições Filantrópicas, em razão do maior volume de doações ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente e à Fundação Banco do Brasil, e do decréscimo de 14,8% em Outras Despesas Operacionais.

O incremento das despesas administrativas em patamar inferior ao incremento das receitas de prestação de serviços resultou numa melhora do índice de eficiência, traduzido na relação entre as despesas administrativas e as receitas operacionais, que passou de 6,12% em 2016 para 5,08% em 2017 (quanto menor, melhor).

O gráfico a seguir apresenta os principais componentes do resultado:



A BB DTVM possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos contabilizados em 31.12.2017 como "Títulos Mantidos até o Vencimento", em conformidade com a Circular Bacen n.º 3.068/2001.

III. AÇÕES ESTRATÉGICAS

Entre os acontecimentos relevantes que marcaram o 2º semestre de 2017 na BB DTVM, destacaram-se:

- Continuação das ações de capacitação da força de vendas do Banco do Brasil S.A., com a difusão de conhecimento sobre o produto Fundo de Investimento, resultando em incremento de captação em diversos segmentos;



- b) Investimento contínuo em ações de Desenvolvimento de Competências e Gestão do Conhecimento dos funcionários, concretizado por meio de ações educacionais que contribuem para aumentar a competitividade no mercado e obter os melhores resultados para a empresa. No 2º semestre de 2017, profissionais de diferentes níveis hierárquicos e funções participaram de um total de 13.298 horas de treinamento. No ano de 2017, o total de horas de treinamento foi de 25.341 horas. A BB DTVM possui 226 profissionais certificados em CPA-20 (Certificação Profissional ANBIMA – Série 20), 38 profissionais certificados em CGA (Certificação de Gestores ANBIMA); além de 30 profissionais com isenção de certificação; 17 profissionais certificados no CFP (*Certified Financial Planner*), 14 profissionais certificados no CEA (Certificação de Especialista em Investimentos Anbima) e 1 funcionário certificado no CFA (*Chartered Financial Analyst*);
- c) Participação ativa em eventos destinados, preponderantemente, aos segmentos RPPS (Regimes Próprios de Previdência Social) e EFPC (Entidades Fechadas de Previdência Complementar) com o objetivo de estreitar o relacionamento com esses públicos e oferecer cada vez mais soluções adequadas às suas necessidades e expectativas.

– Premiações:

- a) *Ranking TOP Asset* – Revista Investidor Institucional (Edição 295 – agosto/2017) – Maior Gestor no *Ranking* Geral e nas categorias Fundos Exclusivos, Fidcs, Fundos de Pensão, Recursos de Capitalização, Governo e Varejo;
- b) *Ranking* Melhores Fundos para Institucionais – Revista Investidor Institucional (Edição 297 – outubro/2017) - 11 fundos considerados excelentes;
- c) *Ranking* Top Gestão (Revista Exame – Edição 1152 – 20.12.2017 – Ano 51 – n.º 24) – Melhor Gestor de Fundos Varejo, 2º Melhor Gestor de fundos Varejo Seletivo, 2º Melhor Gestor de fundos Renda Fixa, 3º Melhor Gestor de fundos de Ações, 3º Melhor Gestor de fundos Multimercado e 3º no Ranking Geral Melhor Gestor de Fundos do ano.

– Certificações:

- a) Desde 2006, a BB DTVM possui o grau máximo de qualidade, MQ1, atribuído pela agência classificadora de risco *Moody's* América Latina. Em sua última análise, em 12.06.2017, ressaltou que a BB DTVM tem práticas e procedimentos de gestão de risco e controle excelentes, tanto no nível dos fundos como no nível da companhia. Ainda segundo a *Moody's*, o desempenho dos fundos de investimento da BB DTVM tem sido sólido e os fundos tiveram forte retorno ajustado ao risco e têm atingido seus objetivos de risco e retorno de uma maneira consistente;
- b) A BB DTVM possui desde 2012 a ISO 9001:08 – Qualidade Total em seu Processo de Análise de Risco de Crédito, uma das mais renomadas certificações de abrangência internacional em qualidade de serviços, produtos e processos. Em Outubro de 2015, a Fundação Vanzolini deliberou pela Recertificação da ISO 9001:08 da BB DTVM, no Processo de Análise de Risco de Crédito, com validade por mais 3 (três) anos.
- c) Em 2017, a Fitch Ratings atribuiu a nota “Excelente”, considerada máxima em uma escala de 5 níveis, atestando que a estrutura operacional e a capacidade de gestão de ativos da BB DTVM são considerados extremamente robustos, comparadas às melhores práticas adotadas pelos gestores de recursos internacionais. Destaca ainda a forte capacidade de geração de receitas e a alta qualificação e experiência dos profissionais.

– Novos Produtos:

- a) No segundo semestre de 2017, a BB DTVM lançou 78 fundos: 41 para o segmento EAPC (Entidades Abertas de Previdência Complementar); 23 para o segmento *Private*; 6 para *Corporate*; 3 para Poder Público; 3 para EFPC (Entidades Fechadas de Previdência Complementar); e 2 para Varejo Alta Renda.
- b) Destaque para o lançamento dos fundos BB Ações Saúde e Bem Estar Estilo FIC e BB Multimercado Multigestor Estilo FIC, com estratégias inovadoras para o segmento Estilo, e para o fundo BB Renda Fixa LP Pré 5 Anos *Private* FIC, complementando a grade da família de fundos de renda fixa índices do segmento *Private*.



IV. SUSTENTABILIDADE

Alinhada aos princípios de responsabilidade social e ambiental adotados pelo Banco do Brasil, desde novembro de 2010 a BB DTVM é signatária dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI), iniciativa de investidores globais apoiada pelas Nações Unidas, propondo-se a aplicar em seus processos de gestão práticas que favoreçam a integração de temas ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) em suas análises e decisão de investimento.

Em atendimento à Resolução CMN n.º 4.327, em junho de 2015, o Conselho de Administração da BB DTVM aprovou a adesão da empresa à Política de Responsabilidade Socioambiental do Banco do Brasil.

A BB DTVM participa do grupo de engajamento da rede brasileira do PRI, iniciativa que busca uma mudança no comportamento das empresas nas quais investe, a fim de melhorar a transparência sobre esses temas. Além disso, desde outubro de 2015, a BB DTVM participa do Grupo de Trabalho Sustentabilidade da Anbima criado para promover as práticas de desenvolvimento sustentável, compartilhar conhecimento, projetos, estudos e posicionamentos sobre sustentabilidade e economia verde.

Em outubro de 2016, a BB DTVM aderiu ao Código AMEC de Princípios e Deveres dos Investidores Institucionais - *Stewardship*, uma iniciativa da Associação de Investidores no Mercado de Capitais (AMEC), que tem como objetivo iniciar um processo de mudança de cultura de gestão e propriedade de valores mobiliários ao longo do tempo, promovendo a adoção de boas práticas de governança corporativa.

Em dezembro do mesmo ano, a BB DTVM assinou a Declaração do Investidor em apoio ao relatório “Dever Fiduciário do Século XXI”, iniciativa do PRI, em conjunto com a UNEP FI e o *The Generation Foundation*. A Declaração do Investidor tem como objetivo convidar os formuladores de políticas internacionais e os governos nacionais a esclarecer as obrigações e deveres dos investidores e outras organizações no sistema de investimento. Solicita, especificamente, que os governos expliquem que os investidores e outras organizações do sistema de investimento devem atuar com a devida cautela, habilidade e diligência, agir de boa-fé no interesse dos seus beneficiários e clientes, e levar em conta as questões ambientais, sociais e de governança nos seus processos de investimento e no seu envolvimento com as empresas e emissores nos quais investem.

Também em 2016, a BB DTVM promoveu uma revisão na metodologia de incorporação de aspectos ASG (Ambientais, Sociais e de Governança Corporativa) em suas análises em função das diferentes necessidades das áreas de crédito e de ações. A metodologia desenvolvida está dividida em dois grandes grupos: indicadores gerais e indicadores específicos. Os indicadores gerais foram segmentados em quatro pilares distintos englobando questões relacionadas à estrutura de governança, aspectos sociais, ambientais e o posicionamento da empresa com relação aos índices de sustentabilidade, assim como seu alinhamento ao padrão GRI. Já os indicadores específicos, foram definidos de acordo com as necessidades de cada área.

Ao término de 2017, a metodologia foi novamente revisada a fim de que o resultado da análise passasse a influenciar diretamente nas decisões de limite de crédito de Dívida Corporativa. Assim, a partir das revisões regulares dos limites de crédito, todos os limites de emissores sofrerão o impacto da análise ASG.

Atualmente, a BB DTVM administra cinco fundos de investimento com características ASG. O BB Referenciado DI Social 50 destina 50% de sua taxa de administração para a Fundação Banco do Brasil, que utiliza os referidos recursos em ações sociais. Já o fundo BB Multimercado Global *Acqua LP Private* prioriza em sua carteira de ativos empresas que tratam ou beneficiam a água em seu processo produtivo. O BB Previdenciário Ações Governança busca acompanhar a carteira teórica do IGC - Índice composto por ações de empresas reconhecidas por boas práticas de governança corporativa. Tais empresas devem ser negociadas no Novo Mercado ou estar classificadas nos Níveis 1 ou 2 da BM&FBOVESPA.

A carteira de investimento do BB Ações ISE Jovem é composta por empresas que evidenciam as questões sociais e ambientais em suas práticas administrativas e negociais. Esse fundo destina 20% de sua taxa de administração para a Fundação Banco do Brasil e esses recursos são direcionados exclusivamente para as ações do “Programa Água Brasil”, em parceria com o Banco do Brasil, a WWF-Brasil e a Agência Nacional de Águas – ANA. Por fim, o BB Ações Carbono Sustentabilidade é um fundo de investimento que acompanha o Índice Carbono Eficiente (ICO2), índice este criado pelo BNDES e a BM&FBOVESPA, composto por ações das companhias participantes do IBRX-50 que adotam práticas transparentes com relação às suas emissões de Gases Efeito Estufa.



A tabela abaixo detalha a posição dos recursos administrados nesses fundos:

Fundos Socioambientais PL (R\$ milhões)		
Fundo	29.12.2017	30.12.2016
BB Referenciado DI Social 50	754,9	105,3
BB Multi Global Acqua LP Private FI	385,3	254,1
BB Previdenciário Ações Governança	218,5	107,9
BB Ações ISE Jovem FIC	8,7	8,6
BB Ações Carbono Sustentabilidade FIA	4,1	4,0
Total	1.371,5	479,9

Fonte: CVM - Comissão de Valores Mobiliários

V. GESTÃO DE RISCOS

A BB DTVM conta com estrutura própria para gestão dos riscos – mercado, liquidez e operacional - inerente aos seus produtos e serviços, além das atividades de *compliance* e análise de risco de crédito.

Risco de Mercado

Utiliza-se, como métrica padrão, a metodologia de Valor em Risco (*Value at Risk* ou *VaR*) por Simulação Histórica, para quantificar o montante de perda a que a carteira ou fundo está exposto. O monitoramento do risco das carteiras e dos fundos é diário e os cálculos são feitos considerando-se todos os instrumentos financeiros existentes na carteira ou fundo de investimento.

Em complemento, também são disponibilizados, diariamente, Testes de Estresse, em cenários históricos ou prospectivos. De acordo com as características dos fundos podem ser utilizadas métricas adicionais como *Tracking Error*, *Duration*, Orçamento de *VaR*, etc.

Risco de Liquidez

Os cálculos de risco de liquidez de ativos são feitos considerando-se todos os instrumentos financeiros existentes na carteira ou fundo de investimento que possam ser avaliados, do ponto de vista de liquidez, por meio de séries históricas obtidas junto às instituições públicas e/ou privadas, que possibilitem a estimativa consistente de seus históricos diários de negociação. No caso de ativos não enquadrados na condição acima, a liquidez é considerada nula ou inexistente.

Para a gestão do risco de liquidez do passivo é utilizada a métrica de *LVaR*. Referida métrica, similar ao *VaR* (*Value at Risk*), estima uma probabilidade de resgate líquido, de um dia para o outro, a partir de uma série histórica móvel e de um intervalo de confiança definidos e aprovados no Comitê de Riscos.

Risco Operacional

A BB DTVM utiliza a metodologia de Modelagem de Processos, notação *Business Process Modeling Notation* (BPMN), para identificação do risco operacional associado aos processos operacionais vinculados a seus produtos, processos e serviços. As fragilidades identificadas são objeto de ações mitigadoras. Nos riscos classificados como de alta criticidade, segundo os parâmetros da Matriz de Criticidade de Risco Operacional, serão emitidas Recomendações Técnicas de Risco Operacional que visam, dentre outros, obter o reforço institucional para a efetiva implementação das providências sugeridas.

A gestão de Perdas Operacionais e eventos de Quase Perdas utiliza, além da base de dados própria, os sistemas legados do Banco do Brasil S.A. As provisões judiciais também são monitoradas e avaliadas do ponto de vista da evolução quantitativa dos valores base e provisionado.

São apresentados reportes periódicos aos diversos fóruns da Empresa – Comitê de Riscos, Diretoria Executiva, Conselho de Administração – e do Controlador – Diretoria Gestão de Risco.



Risco de Crédito

Todas as aquisições de títulos de renda fixa e operações estruturadas são avaliadas pela equipe de Análise de Crédito da BB DTVM, constituída por corpo técnico sênior com grande experiência e qualificação, que avalia, propõe e acompanha a exposição ao risco de crédito de emissores e emissões mediante análise técnica individualizada, com metodologia e métricas segregadas das demais empresas do Conglomerado BB.

As políticas de análise e estabelecimento de limites encontram-se formalizadas em manual interno de Gestão de Risco de Crédito, aprovado pela Diretoria Executiva da BB DTVM, integralmente aderente ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento ("Código de Fundos"). Todas as análises são submetidas ao Comitê de Crédito e Governança dos Fundos, órgão colegiado formado por sete executivos da BB DTVM, ou à Diretoria Executiva da BB DTVM, conforme alçadas. Por regimento, as decisões de comitês são tomadas por unanimidade.

A decisão de alocação é feita pelos gestores de fundos e carteiras, considerando-se a maximização do risco x retorno e a classificação de crédito atribuída e sua adequação às políticas e estratégias de cada fundo. Uma vez adquiridos, os ativos passam a ter acompanhamento constante e com revisão de limites periódica.

A exposição total a grupos econômicos, emissores, emissões e risco setorial são controlados individualmente, a cada fundo, bem como de forma consolidada dos ativos sob administração da BB DTVM.

Agradecimentos

Agradecemos a dedicação e o empenho de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança do acionista, dos clientes e da sociedade.



BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	31.12.2017	31.12.2016
CIRCULANTE		1.600.610	1.221.485
Disponibilidades	4	2.133	1.815
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		1.227.188	1.025.870
Aplicações no mercado aberto	5.a	1.227.188	1.025.870
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		20.725	21
Carteira própria	6.a	20.725	21
Outros Créditos		350.186	193.385
Rendas a receber	7.a	28.074	24.456
Negociação e intermediação de valores	7.b	205.121	63.742
Diversos	7.c	117.155	105.351
(Provisão para outros créditos)	7.d	(164)	(164)
Outros Valores e Bens		378	394
Despesas antecipadas		378	394
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		7.264	14.429
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		--	6.657
Carteira própria	6.a	--	6.657
Outros Créditos		7.264	7.772
Diversos	7.c	8.004	8.548
(Provisão para outros créditos)	7.d	(740)	(776)
PERMANENTE		33.794	26.967
Investimentos	8	33.794	26.967
Outros investimentos		33.813	26.986
(Provisão para perdas)		(19)	(19)
TOTAL DO ATIVO		1.641.668	1.262.881



PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.2017	31.12.2016
CIRCULANTE		1.509.304	1.130.266
Outras Obrigações		1.509.304	1.130.266
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		7.383	20.710
Sociais e estatutárias	9.a	530.889	421.764
Fiscais e previdenciárias	9.b	745.213	604.266
Negociação e intermediação de valores	9.c	205.255	62.651
Diversas	9.d	20.564	20.875
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		726	986
Outras Obrigações		726	986
Sociais e estatutárias	9.a	726	986
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		131.638	131.629
Capital		109.699	109.699
De domiciliados no País	12.a	109.699	109.699
Reserva de Capital	12.b	979	1.104
Reserva de Lucros	12.b	21.939	21.939
Ajustes de Avaliação Patrimonial	12.d	--	(9)
(Ações em Tesouraria)	12.e	(979)	(1.104)
TOTAL DO PASSIVO		1.641.668	1.262.881

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		33.916	75.151	95.408
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.b	33.916	75.151	95.408
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		198	36	5
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão	7.d	198	36	5
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		34.114	75.187	95.413
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS		916.724	1.790.354	1.362.843
Receitas de prestação de serviços	10.a	755.598	1.493.068	1.201.530
Rendas de tarifas bancárias	10.b	330.113	617.389	453.371
Despesas de pessoal	10.c	(46.691)	(89.707)	(88.614)
Outras despesas administrativas	10.d	(35.497)	(64.027)	(54.616)
Despesas tributárias	13.c	(74.192)	(144.854)	(115.437)
Outras receitas operacionais	10.e	10.270	19.599	14.848
Outras despesas operacionais	10.f	(22.877)	(41.114)	(48.239)
RESULTADO OPERACIONAL		950.838	1.865.541	1.458.256
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	11	(1.500)	(1.500)	(500)
Despesas não operacionais		(1.500)	(1.500)	(500)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		949.338	1.864.041	1.457.756
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13.a	(418.085)	(829.339)	(648.631)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(418.094)	(828.797)	(649.169)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		9	(542)	538
PARTICIPAÇÃO DE ADMINISTRADORES NO LUCRO		(1.090)	(1.635)	(1.250)
LUCRO LÍQUIDO		530.163	1.033.067	807.875
LUCRO POR AÇÃO				
Número de ações		100.000.000	100.000.000	100.000.000
Lucro líquido por ação (R\$)		5,30163	10,33067	8,07875

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES			
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	949.338	1.864.041	1.457.756
Ajustes ao Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.438	510	2.620
Reforço (Reversão) de provisões operacionais	(198)	(36)	(5)
Reforço (Reversão) de provisões operacionais - RVA	--	(717)	--
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	767	767	1.243
Reforço (Reversão) de provisões fiscais e cíveis	369	(1.004)	882
Perdas (Ganhos) em ações e cotas	1.500	1.500	500
Lucro Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	951.776	1.864.551	1.460.376
Variações Patrimoniais	(103.156)	(720.988)	(537.299)
(Aumento) Redução em títulos para negociação	(20.725)	(20.725)	9.638
(Aumento) Redução em outros créditos	10.865	(156.798)	111.585
(Aumento) Redução em outros valores e bens	36	16	542
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(56.111)	(645.666)	(532.475)
Aumento (Redução) de outras obrigações	(37.221)	102.185	(126.589)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES	848.620	1.143.563	923.077
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Redução em títulos disponíveis para venda	31	30	--
Redução em títulos mantidos até o vencimento	7.044	6.657	369
(Aquisição) de investimentos	(9.094)	(9.094)	(5.029)
CAIXA (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.019)	(2.407)	(4.660)
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	(510.470)	(939.520)	(800.995)
CAIXA (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(510.470)	(939.520)	(800.995)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	336.131	201.636	117.422
Início do período	893.190	1.027.685	910.263
Fim do período	1.229.321	1.229.321	1.027.685
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	336.131	201.636	117.422

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	Nota	Capital	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
				Legal				
Saldos em 31.12.2015		109.699	1.018	21.939	(9)	(1.018)	--	131.629
Transações com pagamento baseado em ações		--	86	--	--	(86)	--	--
Lucro líquido do exercício		--	--	--	--	--	807.875	807.875
Destinações: - Dividendos (R\$ 8.078,75 por lote de mil ações)	12.c	--	--	--	--	--	(807.875)	(807.875)
Saldos em 31.12.2016		109.699	1.104	21.939	(9)	(1.104)	--	131.629
Mutações do exercício		--	86	--	--	(86)	--	--
Saldos em 30.06.2017		109.699	979	21.939	(5)	(979)	--	131.633
Ajustes de avaliação patrimonial - TVM		--	--	--	5	--	--	5
Lucro líquido do período		--	--	--	--	--	530.163	530.163
Destinações: - Dividendos (R\$ 5.301,63 por lote de mil ações)	12.c	--	--	--	--	--	(530.163)	(530.163)
Saldos em 31.12.2017		109.699	979	21.939	--	(979)	--	131.638
Mutações do período		--	--	--	5	--	--	5
Saldos em 31.12.2016		109.699	1.104	21.939	(9)	(1.104)	--	131.629
Ajustes de avaliação patrimonial - TVM	12.d	--	--	--	9	--	--	9
Transações com pagamento baseado em ações		--	(125)	--	--	125	--	--
Lucro líquido do exercício		--	--	--	--	--	1.033.067	1.033.067
Destinações: - Dividendos (R\$ 10.330,67 por lote de mil ações)	12.c	--	--	--	--	--	(1.033.067)	(1.033.067)
Saldos em 31.12.2017		109.699	979	21.939	--	(979)	--	131.638
Mutações do exercício		--	(125)	--	9	125	--	9

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



1 - A BB DTVM E SUAS OPERAÇÕES

A BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BB DTVM) é uma subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., constituída em 1986, regida, sobretudo, pela legislação das sociedades por ações e sua matriz está localizada na Praça XV de Novembro, 20 - 2º e 3º andares, Edifício Bolsa do Rio, Centro, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Tem por objeto a prática de operações inerentes a compra e venda de títulos e valores mobiliários, a instituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento, a administração de carteiras e custódia de títulos e valores mobiliários, operações de conta margem, bem como outras atividades pertinentes a empresas da espécie, autorizadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Como parte integrante do Conglomerado Banco do Brasil, suas operações são conduzidas em um contexto que envolve um conjunto de empresas que atuam no mercado utilizando-se, de forma compartilhada, da infraestrutura tecnológica e administrativa dessas empresas. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas nesse contexto.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela BB DTVM, quando aplicável: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23.02.2018.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pela BB DTVM são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados



estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em operações compromissadas – posição bancada, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias (Nota 4).

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável (Nota 5).

d) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Os títulos e valores mobiliários (Nota 6) adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração da BB DTVM, em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001:

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que a BB DTVM tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, a divulgação de preço indicativo pela Anbima, ou a relação entre o PU e o valor de negócio mais recente nos últimos 30 dias, ou ainda o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de risco de crédito, valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas e instrumentos financeiros semelhantes.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.



e) Provisão para Outros Créditos

As provisões para outros créditos foram constituídas em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, observando o valor de mercado (Nota 7.d).

f) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda – IR (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	20%
PIS/Pasep	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários - Nota 13.d) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.º 3.355/2006, CMN n.º 4.192/2013 e CMN n.º 4.441/2015, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

g) Despesas Antecipadas

Referem-se a aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço à BB DTVM ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

h) Ativo Permanente

Investimentos: os investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas por desvalorização (imparidade), quando aplicável (Nota 8).

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

A BB DTVM avalia, com base em fontes internas e externas, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, a BB DTVM estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

No mínimo anualmente, para a realização do teste de imparidade, a BB DTVM elabora estudo para verificar se existe indicação de desvalorização de ativos alcançados pelo CPC 01, segundo critérios técnicos definidos pela Administração.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, reconhecida na Demonstração do Resultado.

j) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009 (Nota 16).

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.



Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

Considera-se para cálculo do valor provável de condenação, o valor indenizatório pretendido, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

k) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da BB DTVM é o Real (R\$).

l) Gerenciamento de Riscos

A Administração da BB DTVM adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As disponibilidades e as aplicações financeiras são mantidas e realizadas com o seu controlador, o que minimiza o risco de crédito dos ativos da empresa, bem como proporciona o alinhamento às políticas de gerenciamento de riscos adotadas pelo Conglomerado Banco do Brasil.



4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2017	31.12.2016
Disponibilidades	2.133	1.815
Depósitos bancários	2.133	1.815
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	1.227.188	1.025.870
Aplicações no mercado aberto – revendas a liquidar – posição bancada	1.227.188	1.025.870
Total	1.229.321	1.027.685

(1) Referem-se às operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	31.12.2017	31.12.2016
Aplicações no Mercado Aberto		
Revendas a Liquidar – posição bancada	1.227.188	1.025.870
Letras Financeiras do Tesouro	1.227.188	825.871
Notas do Tesouro Nacional	--	199.999
Total	1.227.188	1.025.870
Ativo circulante	1.227.188	1.025.870

b) Rendimentos de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Rendimentos de Aplicações Compromissadas	40.240	81.088	96.317
Posição bancada	40.240	81.088	96.301
Rendimentos de CDI	--	--	16
Total	40.240	81.088	96.317



6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Vencimento em Dias	31.12.2017					31.12.2016		
	Valor de Mercado		Total			Total		
	Sem Vencimento	Acima de 360	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado
Títulos para Negociação	20.725	--	20.000	20.725	725	--	--	--
Títulos Privados	20.725	--	20.000	20.725	725	--	--	--
Cotas de fundos de investimento	20.725	--	20.000	20.725	725	--	--	--
Títulos Disponíveis para Venda	--	--	--	--	--	32	21	(11)
Títulos Privados	--	--	--	--	--	32	21	(11)
Cotas de fundos de investimento	--	--	--	--	--	32	21	(11)
Títulos Mantidos até o Vencimento	--	--	--	--	--	6.657	6.657	--
Títulos Privados	--	--	--	--	--	6.657	6.657	--
Cotas de fundos em direito creditório ⁽¹⁾	--	--	--	--	--	6.657	6.657	--
Total	20.725	--	20.000	20.725	725	6.689	6.678	(11)

Vencimento em Dias	31.12.2017					31.12.2016		
	Valor de Mercado		Total			Total		
	Sem Vencimento	Acima de 360	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado
Por Carteira	20.725	--	20.000	20.725	725	6.689	6.678	(11)
Carteira própria	20.725	--	20.000	20.725	725	6.689	6.678	(11)

(1) Inclui no exercício/2017 valor referente à desvalorização das cotas do fundo FIDC BB Votorantim Highland Infraestrutura.

Vencimento em Anos	31.12.2017				31.12.2016			
	Valor de Mercado		Total		Valor de Mercado		Total	
	Sem Vencimento	A vencer após 10 anos	Valor de Custo	Valor de Mercado	Sem Vencimento	A vencer após 10 anos	Valor de Custo	Valor de Mercado
Por Categoria	20.725	--	20.000	20.725	21	6.657	6.689	6.678
Títulos para negociação	20.725	--	20.000	20.725	--	--	--	--
Títulos disponíveis para venda	--	--	--	--	21	--	32	21
Títulos mantidos até o vencimento	--	--	--	--	--	6.657	6.657	6.657

	31.12.2017			31.12.2016		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Longo Prazo	Total	Circulante	Longo Prazo	Total
Por Carteira	20.725	--	20.725	21	6.657	6.678
Carteira própria	20.725	--	20.725	21	6.657	6.678



Saldo contábil da carteira, considerando a marcação a mercado:

	31.12.2017		31.12.2016	
Total por Categoria	20.725	100%	6.678	100%
Títulos para negociação	20.725	100%	--	--
Títulos disponíveis para venda	--	--	21	--
Títulos mantidos até o vencimento	--	--	6.657	100%

Os investimentos em cotas de fundos de investimento estão representados pelos seguintes fundos:

Nome do Fundo	Administrador	31.12.2017			31.12.2016
		Quantidade de Cotas	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Títulos para Negociação					
BB DTVM Ações Saúde e Bem Estar Distribuição FICFI	BB DTVM	10.000.000	10.000	10.493	--
BB DTVM MM Multiestratégia LP DISTR FICFI	BB DTVM	10.000.000	10.000	10.232	--
Total		20.000.000	20.000	20.725	--
Títulos Mantidos até o Vencimento					
FIDC BB Votorantim Highland Infraestrutura	BB DTVM	5.742	--	--	6.657
Total		5.742	--	--	6.657

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.b)	40.240	81.088	96.317
Títulos de renda fixa	(7.043)	(6.656)	(333)
Títulos de renda variável	(408)	(408)	(576)
Aplicações em fundos de investimento	1.127	1.127	--
Total	33.916	75.151	95.408

c) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários nos períodos encerrados em 31.12.2017 e 31.12.2016.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos

Não havia instrumentos financeiros derivativos em aberto nos períodos encerrados em 31.12.2017 e 31.12.2016.



7 - OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a Receber

	31.12.2017	31.12.2016
Taxa de administração diária de fundos	7.793	6.488
Taxa de administração de fundos – outros bancos	6.507	4.933
Taxa de administração mensal de fundos	5.639	4.884
Bônus de <i>performance</i>	5.607	5.575
Taxa de administração de carteiras	1.687	1.720
Distribuição de cotas	695	723
Taxa de administração de fundos <i>offshore</i>	146	133
Total	28.074	24.456
Ativo circulante	28.074	24.456

b) Negociação e Intermediação de Valores

	31.12.2017	31.12.2016
Devedores – liquidações pendentes – pessoas físicas e jurídicas ⁽¹⁾	205.121	63.742
Total	205.121	63.742
Ativo circulante	205.121	63.742

(1) Incluem saldos devedores de clientes face à realização de operações em bolsa pendentes de liquidação junto a pessoas físicas e jurídicas.

c) Diversos

	31.12.2017	31.12.2016
Devedores por depósitos em garantia ⁽¹⁾ (Nota 16.d)	56.734	52.014
Impostos e contribuições a compensar ⁽²⁾	41.989	36.417
Valores a receber de sociedades ligadas	13.280	9.395
Ativo fiscal diferido – crédito tributário (Nota 13.d)	7.170	7.714
Devedores diversos – País	5.152	7.523
Opções por incentivos fiscais	834	834
Pagamentos a ressarcir	--	2
Total	125.159	113.899
Ativo circulante	117.155	105.351
Ativo realizável a longo prazo	8.004	8.548

(1) Os valores de devedores por depósitos em garantia (depósitos judiciais para interposição de recursos fiscais) referem-se, principalmente, a procedimentos relacionados às ações anulatórias de débitos fiscais de ISSQN e IRPJ.

(2) Inclui o valor de R\$ 21.406 mil (R\$ 19.370 mil em 31.12.2016) referente à ativação de imposto de renda (indébito tributário do ILL), decorrente de decisão transitada em julgado determinando o direito líquido e certo da compensação do tributo recolhido indevidamente.



d) Movimentação da Provisão para Outros Créditos sem Característica de Concessão de Crédito

	31.12.2017	31.12.2016
Saldo Inicial	(940)	(945)
Reversão	36	5
Saldo Final ⁽¹⁾	(904)	(940)
Ativo circulante	(164)	(164)
Ativo realizável a longo prazo	(740)	(776)

(1) Provisão constituída, principalmente, em função da desvalorização das cotas de investimentos oriundos de incentivos fiscais Finam e Finor – R\$ 740 mil (R\$ 776 mil em 31.12.2016), de acordo com as cotações divulgadas pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, para o Finor, e pelo Banco da Amazônia S.A. – Basa, para o Finam.

8 - INVESTIMENTOS

	31.12.2017	31.12.2016
Certificados de investimento ⁽¹⁾	31.794	26.967
Ações e cotas ⁽²⁾	2.000	--
Participações de capital por incentivos fiscais	19	19
Subtotal	33.813	26.986
Provisão para perdas em investimentos por incentivos fiscais	(19)	(19)
Total	33.794	26.967

(1) Inclui provisão para ajuste a valor recuperável para os certificados de investimento audiovisual no valor de R\$ 5.564 mil (R\$ 4.797 mil em 31.12.2016).

(2) Aquisição de 20.000 cotas do Fundo de Investimento Liquidez Câmara BM&F Bovespa Multimercado (FILCB).

9 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e Estatutárias

	31.12.2017	31.12.2016
Dividendos e bonificações a pagar	530.163	420.778
Provisão para participações nos lucros	1.122	1.527
Gratificações e participações a pagar	330	445
Total	531.615	422.750
Passivo circulante	530.889	421.764
Passivo exigível a longo prazo	726	986

b) Fiscais e Previdenciárias

	31.12.2017	31.12.2016
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	699.862	547.118
Impostos e contribuições a recolher ⁽¹⁾	45.351	57.148
Total	745.213	604.266
Passivo circulante	745.213	604.266

(1) Inclui o valor de R\$ 16.945 mil (R\$ 31.486 mil em 31.12.2016) relativo ao Imposto de Renda retido na fonte sobre os ganhos auferidos pelos cotistas dos fundos de investimento.



c) Negociação e Intermediação de Valores

	31.12.2017	31.12.2016
Credores – liquidações pendentes – pessoas físicas e jurídicas ⁽¹⁾	204.704	62.016
Credores – liquidações pendentes – outros ⁽²⁾	551	635
Total	205.255	62.651
Passivo circulante	205.255	62.651

(1) Incluem saldos credores de clientes face à realização de operações em bolsa pendentes de liquidação junto a pessoas físicas e jurídicas.

(2) Incluem saldos credores de clientes face à realização de operações em bolsa pendentes de liquidação junto a instituições do mercado/outros.

d) Diversas

	31.12.2017	31.12.2016
Valores a pagar a sociedades ligadas	14.276	13.843
Provisão para contingências - fiscais ⁽¹⁾ (Nota16.b)	5.599	6.864
Provisão para contingências - cíveis (Nota16.b)	371	110
Credores diversos – País	311	44
Provisão para pagamentos a efetuar	7	14
Total	20.564	20.875
Passivo circulante	20.564	20.875

(1) Reclassificação, em janeiro de 2017, do título Provisão para riscos fiscais, grupamento Outras Obrigações – Fiscais e Previdenciárias, em conformidade com a carta circular Bacen n.º 3.782/2016.

10 - OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

a) Receitas de Prestação de Serviços

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Administração de fundos de investimento ⁽¹⁾	720.077	1.423.634	1.147.853
Fundos de rede	524.223	1.050.477	848.142
Fundos exclusivos	186.026	353.781	281.161
Fundos extramercado	8.973	17.835	16.847
Fundos de capital estrangeiro	855	1.541	1.703
Serviços prestados a ligadas	13.108	21.550	18.931
Administração de carteiras	10.302	20.276	16.449
Distribuição de cotas de fundos de investimento ⁽²⁾	5.767	10.471	7.915
Bônus de <i>performance</i>	5.754	15.172	6.842
Gestão de fundos de investimento	402	1.476	1.387
Taxa de rebate	14	209	1.962
Outras	174	280	191
Total	755.598	1.493.068	1.201.530

(1) Refere-se às taxas de administração incidentes sobre o patrimônio dos fundos administrados.

(2) Refere-se às rendas de comissões pela prestação de serviços de colocação (distribuição) de cotas por conta e ordem dos fundos de investimento.



b) Rendas de Tarifas Bancárias

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Rendas de serviços diferenciados – pessoas físicas	330.113	617.389	453.371
Total	330.113	617.389	453.371

c) Despesas de Pessoal

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Proventos	(27.500)	(52.826)	(52.922)
Encargos sociais	(13.471)	(26.036)	(25.729)
Benefícios	(3.481)	(6.780)	(6.688)
Honorários	(1.487)	(2.943)	(2.435)
Outras	(752)	(1.122)	(840)
Total	(46.691)	(89.707)	(88.614)

d) Outras Despesas Administrativas

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Serviços do sistema financeiro ⁽¹⁾	(20.725)	(39.717)	(32.991)
Comunicações	(3.883)	(6.865)	(7.314)
Contribuições filantrópicas	(3.786)	(4.324)	(1.510)
Aluguéis	(2.601)	(5.250)	(6.050)
Promoções e relações públicas	(1.100)	(1.318)	(831)
Condomínio	(822)	(1.566)	(1.398)
Transporte	(778)	(1.528)	(1.031)
Serviços técnicos especializados	(463)	(775)	(820)
Manutenção e conservação de bens	(424)	(788)	(737)
Água, energia e gás	(318)	(604)	(570)
Processamento de dados	(131)	(266)	(293)
Outras	(466)	(1.026)	(1.071)
Total	(35.497)	(64.027)	(54.616)

(1) Referem-se, principalmente, à despesa de custódia e controladoria (Nota 14).

e) Outras Receitas Operacionais

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Taxa contratual de resgates antecipados	4.635	7.859	5.935
Devedores por depósitos em garantia	1.696	3.912	5.384
Reversão de provisão para ajustes a valor recuperável - CPC 01	1.200	1.200	400
Indébito tributário – ILL ⁽¹⁾	1.043	2.055	2.506
Reversão de provisões para contingências (Nota 16.b)	658	2.656	400
Variações monetárias ativas	568	704	4
Reversão de provisões operacionais - RVA	--	717	--
Outras	470	496	219
Total	10.270	19.599	14.848

(1) Refere-se à atualização monetária de receita de recuperação de despesa de imposto de renda (indébito tributário – ILL) decorrente de decisão transitada em julgado determinando o direito líquido e certo da compensação do tributo recolhido indevidamente.



f) Outras Despesas Operacionais

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Banco do Brasil – suporte operacional	(9.245)	(18.283)	(20.948)
Variações monetárias passivas ⁽¹⁾	(7.585)	(15.858)	(17.461)
Patrocínio à cultura	(2.500)	(2.500)	(3.000)
Provisão para ajustes a valor recuperável - CPC 01	(1.967)	(1.967)	(1.643)
Provisão para contingências (Nota 16.b)	(1.027)	(1.652)	(1.282)
Contribuições a entidades de classe	(306)	(583)	(1.077)
Prêmio de seguro	--	--	(2.187)
Outras	(247)	(271)	(641)
Total	(22.877)	(41.114)	(48.239)

(1) Referem-se à atualização, pela taxa Selic, dos dividendos devidos ao Banco do Brasil S.A.

11 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Despesas não Operacionais	(1.500)	(1.500)	(500)
Prejuízo em ações e cotas	(1.500)	(1.500)	(500)
Total	(1.500)	(1.500)	(500)

12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social de R\$ 109.699 mil, em 31.12.2017 e 31.12.2016, totalmente subscrito e integralizado, está dividido em 100.000.000 de ações ordinárias, representadas na forma escritural e sem valor nominal. O patrimônio líquido de R\$ 131.638 mil (R\$ 131.629 mil em 31.12.2016) corresponde a um valor patrimonial de R\$ 1,32 por ação em 31.12.2017 e 31.12.2016.

b) Reservas de Capital e de Lucros

	31.12.2017	31.12.2016
Reserva de Capital	979	1.104
Transações com pagamento baseado em ações e outros instrumentos	979	1.104
Reserva de Lucros	21.939	21.939
Reserva legal	21.939	21.939

A BB DTVM deixou de constituir reserva legal (5% sobre o lucro líquido) por já ter essa reserva atingido o limite de 20% do capital social, segundo determina o artigo 193 da Lei n.º 6.404/1976.



c) Dividendos e Distribuição do Lucro Líquido

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Lucro Líquido do Período	530.163	1.033.067	807.875
Base de Cálculo	530.163	1.033.067	807.875
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	132.541	258.267	201.969
Dividendo adicional	397.622	774.800	605.906
Total Destinado ao Acionista	530.163	1.033.067	807.875
Saldo do Lucro Líquido após Destinações	0	0	0

d) Ajustes de Avaliação Patrimonial de TVM Reconhecidos no Patrimônio Líquido

	Exercício/2017			Exercício/2016		
	31.12.2016 Saldo	Movimentação Líquida no Período	31.12.2017 Saldo	31.12.2015 Saldo	Movimentação Líquida no Período	31.12.2016 Saldo
Títulos disponíveis para venda						
Próprios ⁽¹⁾	(11)	11	--	(11)	--	(11)
Efeitos tributários	2	(2)	--	2	--	2
Total	(9)	9	--	(9)	--	(9)

(1) Inclui investimentos oriundos de incentivos fiscais sem impactos no Imposto de Renda.

e) Ações em Tesouraria

Em março de 2017, foram adquiridas 10.397 ações do Banco do Brasil S.A., todas colocadas em tesouraria para atender ao Programa de Remuneração Variável 2016 para a Diretoria da BB DTVM (Nota 12.f). Para esse Programa foi realizada a transferência imediata de 2.085 ações, correspondente a 20% das ações, aos membros da Diretoria. Além disso, também foram transferidas 1.973 ações relativas à 4ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2012 e 5.220 ações relativas à 1ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2015 e, em abril de 2017, foram transferidas 4.907 ações relativas à 3ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2013 e 5.412 ações relativas à 2ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2014.

Em março de 2016, foram adquiridas 26.109 ações do Banco do Brasil S.A., todas colocadas em tesouraria para atender ao Programa de Remuneração Variável 2015 para a Diretoria da BB DTVM (Nota 12.f). Para esse Programa foi realizada a transferência imediata de 5.229 ações, correspondente a 20% das ações, aos membros da Diretoria. Além disso, também foram transferidas 3.170 ações relativas à 3ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2012 e, em abril/2016, foram transferidas 4.907 ações relativas à 2ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2013 e 5.412 ações relativas à 1ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2014.

A empresa detém 40.900 ações (50.100 ações em 31.12.2016) correspondente ao saldo de R\$ 979 mil (R\$ 1.104 mil em 31.12.2016).



f) Pagamento Baseado em Ações

O Programa de Remuneração Variável da BB DTVM foi elaborado sob vigência da Resolução CMN n.º 3.921/2010, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras. A resolução determina que no mínimo 50% da remuneração variável seja paga em ações ou instrumentos baseados em ações, e que pelo menos 40% da remuneração seja diferida para pagamento futuro, com prazo mínimo de três anos, em função dos riscos e da atividade dos administradores. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

	Total de ações adquiridas	Custo médio de aquisição	Ações distribuídas	Ações a distribuir	Cronograma estimado de transferências
Programa 2012 ⁽¹⁾	12.680	26,78	11.483	1.197	2018
Subtotal				1.197	
Programa 2013	24.546	23,83	19.639	4.907	2018
Subtotal				4.907	
Programa 2014	27.063	22,98	16.239	5.412	2018
				5.412	2019
Subtotal				10.824	
Programa 2015	26.109	19,92	10.449	5.220	2018
				5.220	2019
				5.220	2020
Subtotal				15.660	
Programa 2016	10.397	32,84	2.085	2.078	2018
				2.078	2019
				2.078	2020
				2.078	2021
Subtotal				8.312	
Total				40.900	

(1) Em vista da variação negativa ocorrida no lucro do Banco do Brasil S.A. entre os anos de 2012 e 2016 e em conformidade com o regulamento do Programa de Remuneração Variável 2012, não foi transferida aos Diretores a totalidade das ações relativas à 4ª parcela. As ações restantes serão distribuídas em programas futuros.



13 - TRIBUTOS

a) Demonstração das Despesas de IR e CSLL

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Valores Correntes	(418.094)	(828.797)	(649.169)
IR e CSLL no País	(418.094)	(828.797)	(649.169)
Valores Diferidos	9	(542)	538
Ativo Fiscal Diferido	9	(542)	538
Diferenças intertemporais	9	(542)	538
Total	(418.085)	(829.339)	(648.631)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Resultado antes dos Tributos e Participações	949.338	1.864.041	1.457.756
Encargo total do IR (25%) e CSLL (20%)	(427.202)	(838.818)	(655.990)
Incentivos Fiscais	11.507	11.507	8.487
Outros valores	(2.390)	(2.028)	(1.128)
IR e CSLL do período	(418.085)	(829.339)	(648.631)

c) Despesas Tributárias

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Cofins	(45.115)	(88.012)	(70.548)
ISSQN	(21.714)	(42.204)	(33.059)
PIS/Pasep	(7.331)	(14.302)	(11.464)
Outras	(32)	(336)	(366)
Total	(74.192)	(144.854)	(115.437)

d) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

Ativado

	31.12.2016	Exerc/2017	31.12.2017
	Saldo	Constituição	Baixa Saldo
Diferenças Temporárias	7.714	921	(1.465) 7.170
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	118	55	(62) 111
Provisões passivas	2.788	526	(926) 2.388
Marcação a mercado	2	--	(2) --
Provisão para perdas permanentes – cotas de fundos	4.524	340	(475) 4.389
Outras provisões	282	--	-- 282
Total dos Créditos Tributários Ativos	7.714	921	(1.465) 7.170
Imposto de Renda	4.139	328	(579) 3.888
Contribuição Social	3.574	593	(885) 3.282
PIS/Pasep e Cofins	1	--	(1) --

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31.12.2017, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação do Banco do Brasil S.A.



	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2018	--	--
Em 2019	--	--
Em 2020	699	569
Em 2021	1.230	925
Em 2022	1.455	1.011
Em 2023	1.363	878
Em 2024	1.060	632
Em 2025	695	383
Em 2026	386	198
Em 2027	282	133
Total de créditos tributários em 31.12.2017	7.170	4.729

No exercício de 2017, observou-se a realização de créditos tributários na BB DTVM no montante de R\$ 1.465 mil, superior a respectiva projeção de utilização para o período de 2017, que constava no estudo técnico elaborado em 31.12.2016.

14 - PARTES RELACIONADAS

Os custos com remunerações e outros benefícios de curto prazo atribuídos à Diretoria da BB DTVM foram de R\$ 3.535 mil no exercício/2017 (R\$ 3.375 mil no exercício/2016) e ao Conselho de Administração foram de R\$ 63 mil no exercício/2017 (R\$ 73 mil no exercício/2016).

De acordo com a política de remuneração variável da BB DTVM, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.921/2010, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 12.f).

A BB DTVM não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

A BB DTVM realiza, principalmente com seu controlador, o Banco do Brasil S.A., transações bancárias, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados) e aplicações em operações compromissadas. Há, ainda, contratos de prestação de serviços, de garantias prestadas e convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.



Sumário das Transações com Partes Relacionadas

	31.12.2017		
	Controlador	Outras Partes Relacionadas	Total
Ativos			
Disponibilidades (Nota 4)	2.133	--	2.133
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.a)	1.227.188	--	1.227.188
Taxa de administração de carteiras ⁽¹⁾	--	1.096	1.096
Valores a receber ⁽²⁾ (Nota 7.c)	--	13.280	13.280
Passivos			
Dividendos e bonificações a pagar (Nota 9.a)	530.163	--	530.163
Valores a pagar a sociedades ligadas ⁽³⁾ (Nota 9.d)	14.268	8	14.276
	2º Sem/2017		
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.b)	40.240	--	40.240
Rendas de serviços prestados a ligadas ⁽⁴⁾ (Nota 10.a)	--	13.108	13.108
Rendas de taxas de administração de carteiras ⁽¹⁾	--	6.479	6.479
Despesas tributárias	(29)	--	(29)
Despesas de pessoal	(46.417)	--	(46.417)
Despesas administrativas diversas	(10.561)	--	(10.561)
Despesas de serviço do sistema financeiro – comissões ⁽³⁾	--	(17)	(17)
Despesas de serviço do sistema financeiro - custódia e controladoria	(19.249)	--	(19.249)
Banco do Brasil – suporte operacional (Nota 10.f)	(9.245)	--	(9.245)
Variações monetárias passivas (Nota 10.f)	(7.585)	--	(7.585)
Outras despesas operacionais	(295)	--	(295)
	Exerc/2017		
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.b)	81.088	--	81.088
Rendas de serviços prestados a ligadas ⁽⁴⁾ (Nota 10.a)	--	21.550	21.550
Rendas de taxas de administração de carteiras ⁽¹⁾	--	12.913	12.913
Despesas tributárias	(288)	--	(288)
Despesas de pessoal	(89.228)	--	(89.228)
Despesas administrativas diversas	(20.558)	--	(20.558)
Despesas de serviço do sistema financeiro – comissões ⁽³⁾	--	(27)	(27)
Despesas de serviço do sistema financeiro - custódia e controladoria	(36.788)	--	(36.788)
Banco do Brasil – suporte operacional (Nota 10.f)	(18.283)	--	(18.283)
Variações monetárias passivas (Nota 10.f)	(15.858)	--	(15.858)
Outras despesas operacionais	(560)	--	(560)



	31.12.2016		
	Controlador	Outras Partes Relacionadas	Total
Ativos			
Disponibilidades (Nota 4)	1.815	--	1.815
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.a)	1.025.870	--	1.025.870
Taxa de administração de carteiras ⁽¹⁾	--	1.153	1.153
Valores a receber ⁽²⁾ (Nota 7.c)	--	9.395	9.395
Passivos			
Dividendos e bonificações a pagar (Nota 9.a)	420.778	--	420.778
Valores a pagar a sociedades ligadas ⁽³⁾ (Nota 9.d)	13.817	26	13.843
Exerc/2016			
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.b)	96.317	--	96.317
Rendas de serviços prestados a ligadas ⁽⁴⁾ (Nota 10.a)	--	18.931	18.931
Rendas de taxas de administração de carteiras ⁽¹⁾	--	12.611	12.611
Despesas tributárias	(335)	--	(335)
Despesas de pessoal	(88.490)	--	(88.490)
Despesas administrativas diversas	(21.875)	--	(21.875)
Despesas de serviço do sistema financeiro – comissões ⁽³⁾	--	(44)	(44)
Despesas de serviço do sistema financeiro - custódia e controladoria	(29.963)	--	(29.963)
Banco do Brasil – suporte operacional (Nota 10.f)	(20.948)	--	(20.948)
Variações monetárias passivas (Nota 10.f)	(17.461)	--	(17.461)
Outras despesas operacionais	(1.051)	--	(1.051)

(1) O saldo de outras partes relacionadas refere-se a empresas do grupo Mapfre (Companhia de Seguros Aliança do Brasil, Brasilveículos, ABS Aliança do Brasil Seguros e Mapfre Vida).

(2) O saldo de outras partes relacionadas refere-se ao BB Banco de Investimento S.A. e ao BAMB – Brazilian American Merchant Bank.

(3) O saldo de outras partes relacionadas refere-se ao BB Securities Asia.

(4) O saldo de outras partes relacionadas refere-se ao BB Banco de Investimento S.A.

15 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

O quadro de pessoal da BB DTVM é composto exclusivamente por funcionários do Banco do Brasil cedidos por meio de convênio de cessão. A cessão dá-se na forma de disponibilidade sem ônus para o Banco e inclui o exercício de funções dos níveis Diretivo, Gerencial e outros cargos de confiança. O Banco continua processando a folha de pagamento dos funcionários cedidos, mediante ressarcimento mensal pela Subsidiária de todos os custos decorrentes (Nota 14).

	31.12.2017	31.12.2016
Número de funcionários cedidos pelo Banco do Brasil S.A. (dotação)	294	294
Maior salário	61.564,83	61.564,83
Menor salário	3.243,35	3.173,82
Salário médio	14.846,87	14.346,63

16 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis, conforme CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.



b) Provisões para Demandas Fiscais e Cíveis – Prováveis

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009, a BB DTVM constitui provisão para demandas cíveis e fiscais com risco de perda “provável”.

Ações Fiscais

As demandas fiscais referem-se a procedimentos administrativos e judiciais iniciados, principalmente, pela Fazenda Nacional e Delegacia da Receita Federal, relativos a não retenção/recolhimento de tributos, e pelos municípios, que questionam a incidência de ISSQN sobre atividades da empresa.

Ações Cíveis

As ações de natureza cível movidas contra a BB DTVM referem-se a pedidos de indenização em razão da aplicação do Código de Defesa do Consumidor, bem como a cobrança de diferenças de rendimentos.

Movimentações na provisão para demandas fiscais e cíveis classificadas como prováveis

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Demandas Fiscais			
Saldo Inicial	5.226	6.864	6.019
Constituição	686	1.045	1.204
Reversão de provisão	(313)	(2.310)	(359)
Baixa por pagamento	--	--	--
Saldo Final	5.599	5.599	6.864
Demandas Cíveis			
Saldo Inicial	375	110	73
Constituição	341	607	78
Reversão de provisão	(345)	(346)	(41)
Baixa por pagamento	--	--	--
Saldo Final	371	371	110
Total das Demandas Fiscais e Cíveis	5.970	5.970	6.974

A administração da BB DTVM considera suficientes as provisões constituídas para atendimento às perdas decorrentes de demandas fiscais e cíveis.

Cronograma esperado de desembolsos

	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	3.006	302
De 5 a 10 anos	1.955	67
Acima de 10 anos	638	2
Total	5.599	371

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

c) Passivos Contingentes – Possíveis

As demandas fiscais e cíveis classificadas com risco “possível” são dispensadas de constituição de provisão com base no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.



Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	31.12.2017	31.12.2016
Demandas fiscais	179.022	162.914
Demandas cíveis	14.232	13.659
Total	193.254	176.573

d) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.12.2017	31.12.2016
Demandas fiscais	56.578	51.858
Demandas cíveis	156	156
Total	56.734	52.014

e) Obrigações Legais

Em 31.12.2017 e 31.12.2016, não havia registrado em Outras Obrigações – Fiscais e Previdenciárias, Obrigações Legais oriundas de perdas contingentes.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao

Conselho de Administração e ao Acionista da

BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("BB DTVM"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB DTVM em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à BB DTVM, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da BB DTVM é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a BB DTVM continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a BB DTVM ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do BB DTVM são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da BB DTVM.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da BB DTVM. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a BB DTVM a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 23 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2



RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

I. Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco do Brasil (Coaud), órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração (CA), é composto atualmente por três membros, sendo um integrante do CA, todos independentes e nomeados pelo CA.

O Banco do Brasil optou pela constituição de comitê de auditoria único para o Banco Múltiplo e Subsidiárias, entre elas a BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BB DTVM).

No endereço eletrônico www.bb.com.br/ri estão disponíveis o regimento interno do Coaud e canal para recepção de informações acerca do descumprimento de regulamentos e códigos internos e de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Instituição.

II. Responsabilidades

O Coaud tem suas atribuições definidas pela Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto Regulamentar nº 8.945/2016, Resolução CMN 3.198/2004, Estatuto Social do BB e por seu Regimento Interno.

Os administradores da BB DTVM são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna do Conglomerado responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que a BB DTVM está exposta, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto a sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e adequação do sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

III. Atividades do período

O Comitê de Auditoria realizou reuniões regulares, em cumprimento ao seu plano de trabalho, com o Conselho de Administração, diretoria, Banco Central do Brasil (Bacen) e também com executivos do Banco de áreas que realizam atividades necessárias às operações da BB DTVM.

Nessas reuniões abordou, em especial, assuntos relacionados ao sistema de controles internos, conformidade, aspectos contábeis, gestão de riscos, governança corporativa, segurança, auditoria dos fundos de investimento e recomendações emitidas pelas auditorias interna e independente e por órgãos externos de fiscalização e controle. Nas situações em que identificou possibilidades de melhoria, recomendou aprimoramentos.

IV. Auditoria Interna

O Coaud supervisiona as atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna e avalia, por meio de instrumental técnico formal, sua independência, objetividade, qualidade e efetividade.



Realizou reuniões periódicas com a Auditoria Interna para conhecer as conclusões dos trabalhos, principais preocupações, acompanhar sua atuação e o cumprimento de suas atribuições. Conheceu os trabalhos realizados na empresa e emitiu parecer ao plano anual de trabalho 2018 da Auditoria Interna para a BB DTVM.

V. Auditoria Independente

O Coaud supervisiona a prestação de serviços de auditoria contábil pelos auditores independentes e avalia, por meio de instrumental técnico próprio, sua independência, a qualidade e a adequação de tais serviços às necessidades da Instituição. Além disso, avalia, previamente à contratação, a existência de conflitos na prestação de outros serviços às empresas do Conglomerado.

VI. Sistema de controles internos (SCI)

A avaliação da efetividade do SCI pelo Coaud é fundamentada principalmente nos resultados dos trabalhos realizados pelas auditorias interna e independente, pelos órgãos externos de fiscalização e controle, pela Diretoria de Controles Internos (Dicoi), pela área de controles internos e conformidade da BB DTVM e, também, em informações e documentos requisitados a outras áreas do Banco e em suas próprias análises.

VII. Exposição a risco

O Coaud monitorou as principais atividades relacionadas a gestão de riscos e de capital, conheceu os reportes sobre o acompanhamento dos principais indicadores e limites estabelecidos, e constatou que as exposições a riscos da BB DTVM, em 2017, estavam alinhadas aos limites prudenciais e de tolerância de riscos estabelecidos pela empresa.

VIII. Demonstrações contábeis

O Coaud examinou o resumo das principais práticas contábeis e analisou mensalmente as principais variações nos saldos contábeis e respectivas causas, a partir de informações fornecidas pela Diretoria Contadoria (Coger).

Revisou as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, o relatório da administração e o relatório do Auditor Independente datado de 23/02/2018, sem ressalvas, relativos ao exercício findo em 31/12/2017.

IX. Recomendações do Comitê de Auditoria

Entre os diversos temas sobre os quais o Coaud se manifestou ao Conselho de Administração, destaca-se o programa de integridade e a avaliação sobre a suficiência da provisão para demandas contingentes. Emitiu recomendações à BB DTVM quando julgou necessário.

X. Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu:

- a. o sistema de controles internos é adequado ao porte e à complexidade dos negócios da subsidiária e objeto de permanente atenção por parte da administração;
- b. a Auditoria Interna é efetiva e desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade;
- c. a auditoria independente é efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência;



- d. as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB DTVM em 31/12/2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Brasília-DF, 23 de fevereiro de 2018.

Antônio Carlos Correia

Luiz Serafim Spinola Santos

Marcos Tadeu de Siqueira



MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. declara que aprovou nesta data o Relatório da Administração e o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e, em conformidade com o inciso V do art. 142 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, tomou conhecimento e recomendou a aprovação das contas da Diretoria, todos referentes ao exercício de 2017.

Em 23 de fevereiro de 2018.

Márcio Hamilton Ferreira (Presidente)

Antonio Mauricio Maurano (Vice-presidente)

Priscilla Maria Santana

Bruno Nunes Sad



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL da BB GESTÃO DE RECURSOS – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis – incluindo a proposta de destinação do resultado do exercício – relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, os quais foram aprovados pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e considerando ainda o Relatório dos Auditores Independentes – KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, nesta data emitido, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de ser encaminhados para apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro (RJ), 23 de fevereiro de 2018.

Iêda Aparecida de Moura Cagni (Presidente)

Daniel de Araújo e Borges

Luiz Fernando Alves



DIRETORIA

PRESIDENTE

Paulo Roberto Lopes Ricci

DIRETORES

Ana Paula Teixeira de Sousa
Carlos José da Costa André
João Vagnes de Moura Silva

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Márcio Hamilton Ferreira (Presidente)
Antonio Mauricio Maurano (Vice-presidente)
Priscilla Maria Santana
Bruno Nunes Sad

CONSELHO FISCAL

Iêda Aparecida de Moura Cagni (Presidente)
Daniel de Araújo e Borges
Luiz Fernando Alves

COMITÊ DE AUDITORIA

Antônio Carlos Correia (Coordenador)
Luiz Serafim Spinola Santos
Marcos Tadeu de Siqueira

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017601/O-5
541.035.920-87